
PARA REFLETIR O DESEMPREGO NO SÉCULO XX

Julio Cesar Campano Floriano¹

GIMENEZ, Denis Maracci. *Políticas de emprego no século XX e significado da ruptura neoliberal*. São Paulo: Annablume / Unisal, 2003. 134 p.

Ao comentar “Horror Econômico”, de Viviane Forrester, já na apresentação do mesmo ensaio, Carlos Heytor Cony é contundente ao vaticinar que

depois da exploração do homem pelo homem em nome do capital, o neoliberalismo e seu braço profissional, que é a globalização, criaram, mantêm e ampliam em nome da sacralidade do mercado, a exclusão de grande parte do gênero humano. O próximo passo será a eliminação? Caminhamos para um holocausto universal, quando a economia modernizada terá repugnância em custear a sobrevivência de quatro quintos da população mundial? Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser exterminados? O raciocínio é bem mais que uma hipótese. É um desdobramento lógico do horror econômico ... Horror – este sim – globalizado pelos governos que buscam resultados contábeis e condenam a ação social como jurássica (1996, prefácio)

O problema central das economias capitalistas do século XX tem sido conter o avanço do desemprego em massa. Se nas duas décadas seguintes à II Guerra Mundial foi possível conter esse avanço, nas últimas

¹ Sociólogo, Prof. de Sociologia graduado pela UEL e pós-graduado em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Unicamp. E-mail: jcampanofloriano@yahoo.com.br

décadas as políticas de cunho neoliberal já não conseguem mais inserir no mercado de trabalho um enorme contingente de trabalhadores, voltando o desemprego em massa a ocupar lugar central no cenário socio-econômico. O desemprego em massa transformou-se em uma bomba de pavio curto. O que fazer diante desse *horror econômico*? O que fazer quando a ideologia neoliberal tenta incansavelmente transformar políticas de emprego e assistência social em um discurso *jurássico*? *Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser eliminados?* (FORRESTER, 1996). Evidentemente, quando os indicadores socioeconômicos apontam uma verdadeira catástrofe na sociedade do trabalho, o raciocínio é bem mais que uma hipótese.

O retorno dos altos índices de desemprego e as formas de sua abordagem em duas perspectivas político-econômicas são objetos de análise de “*Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal*”, trabalho de Denis Maracci Gimenez. Não só analisar as perspectivas das políticas de emprego no século XX, mas entender o significado da ruptura

dos compromissos políticos com o pleno emprego, com a incorporação social e com o crescimento econômico; e a quebra da ordem estabelecida a partir do final da Segunda Guerra Mundial referente a uma atuação sistêmica e estrutural das sociedades, e fundamentalmente dos governos, no sentido da promoção do bem-estar coletivo. (GIMENEZ, 2003, p. 19)

Ademais, procura evidenciar que o abandono das políticas de pleno emprego – característica do estado de bem-estar social – é ponto central nas economias que encaminharam políticas econômicas para superação das crises da década de 1970 e para as transformações vivenciadas pelo capitalismo na sua inerente degradação do trabalho. Mais ainda, enfatiza que os *encaminhamentos políticos e econômicos propostos e praticados para a sua superação* terminaram por colocar as políticas sociais em uma situação de degradação, somadas aos efeitos devastadores do desemprego em uma sociedade *estruturada sob a égide do trabalho assalariado* (GIMENEZ, 2003).

Em um primeiro momento, Gimenez (2003) procura conceber as políticas de emprego como resultado de um processo histórico de uma sociedade em busca de soluções para a existência de um excedente de mão-de-obra tanto quanto problema econômico, quanto problema social gerado no seio dessa mesma sociedade. Retoma em Marx e Keynes elementos para

ressaltar que o excedente de mão-de-obra nas sociedades capitalistas é produto da própria dinâmica do modo de produção capitalista. Assim, experiências históricas e políticas são tomadas como instrumentos para definir uma *perspectiva coletiva de enfrentamento das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico*. Situa no desenvolvimento das economias capitalistas avançadas do pós-II Guerra Mundial um conjunto de políticas – articulando crescimento econômico e regulação econômica – que, mediando a relação capital-trabalho, atuaram em uma perspectiva mais ampla para enfrentar o problema do excedente de mão-de-obra. Posteriormente, o autor procura, a partir das transformações no capitalismo avançado, compreender as novas perspectivas de enfrentamento das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, que *apesar de contarem com objetivos e conteúdos distintos em relação as experiências do pós-guerra, ainda são chamadas de “políticas de emprego”* (GIMENEZ, 2003, p. 19-20).

Em um contexto mais amplo, o trabalho de Gimenez (2003) apreende os rumos que as políticas de emprego tomaram nas décadas de 1980 e 1990. Se anteriormente as políticas de emprego integravam *múltiplos instrumentos* político-econômicos, tais como política social, investimento no emprego público e atenção às políticas macroeconômicas, com a ruptura desses elementos, forjada no programa neoliberal, as novas políticas objetivadas ao problema do excedente de mão-de-obra gerado pela própria dinâmica capitalista não conseguem superar a crise que se reflete no mercado de trabalho. Daí a necessidade de se pensar o porquê de as políticas de empregos concebidas pelo neoliberalismo encontrarem seus limites ao *circunscrever ao plano do mercado de trabalho questões sociais e econômicas mais abrangentes e profundas que não se resumem a ele*, abandonando as perspectivas macroeconômicas da experiência vivenciada pelas políticas de emprego do pós II Guerra (GIMENEZ, 2003).

Desse modo, a contribuição de Gimenez também nos deixa elementos para compreendermos o problema do desemprego como uma questão social de modo mais abrangente. A tendência de um modelo de sociedade fundada na exploração do trabalho é sempre produzir excedente de mão-de-obra, desqualificando e submetendo o trabalho à lógica do capital. Essa lógica do capitalismo não desapareceu, malgrado queiram os arautos do neoliberalismo e da globalização. Se no plano econômico há uma perversa utilidade para esses desempregados, como pensar essa questão mais amplamente, abrangendo a questão social do desemprego sem perder a mediação com sua principal causa?

Quando a ideologia do neoliberalismo cada vez mais remete os *atuais* problemas socioeconômicos aos entraves que impossibilitam a con-

corrência individual pelas oportunidades existentes – reproduzindo o emprego como instrumento de defesa dos empregados diante dos desempregados –, refletir sobre o exército de miseráveis sem renda e ocupação e sem perspectivas de superação desta condição tem-se colocado como elemento central para aqueles que procuram compreender mais claramente o mundo do trabalho. Enfim, na lógica do capital, o que fazer com os *não-economicamente arianos*? Não custa lembrar certos fatos, e retomo para tanto algumas linhas já escritas anteriormente:

Espaço Aberto. O que se segue ao horror econômico e ao horror político que imobiliza qualquer forma de ação nesta realidade? Segue o horror social, que é reproduzido em diferentes escalas e personalizado através de espancamentos de moradores de rua em praças públicas como é noticiado em jornais. Moradores de rua e sem nenhuma assistência social eficaz. A uma pequena parte da sociedade, os economicamente arianos, resta o consumo da violência, o consumo de formas de contenção de um ameaçador exército de humanos sem-pátria, sem-bandeiras e sem direito a vida. Um exército de desempregados cuja solução demanda custos. Por isso, na lógica da sociedade moderna, onde a vida não tem valor, a morte a pauladas cumpre funções econômicas, políticas e sociais a baixos preços. (FLORIANO, 2004, p. 2)

REFERÊNCIAS

FLORIANO, J. C. C. A sociedade dos horrores. *Jornal Folha de Londrina*, p.2, 20 set. 2004. Espaço Aberto.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Edunesp, 1997.